

LEI Nº187/89

SÚMULA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRA-  
TAR EMPRÉSTIMOS COM A CAIXA ECONÔMICA  
FEDERAL - CEF, A OFERECER GARANTIAS E  
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LICEU ALBERTO VERONESE, Prefeito Municipal de  
Juína, Estado de Mato Grosso, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e Eu  
sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a  
contratar e garantir empréstimos com a Caixa Econômica Federal, equivalente a  
Rcz\$ 4.470.000,00 (quatro milhões e quatrocentos e setenta mil cruzados novos),  
correspondente à 3.447.478,02 BTN's (Bonus do Tesouro Nacional), destinados a  
execução de empreendimentos do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Urbano -  
PRODURB, conduzido pela CEF.

Art. 2º - Para a garantia principal e acessó-  
rio dos empréstimos contraídos pelo Município para execução das obras serviços  
e equipamentos, observada a finalidade indicada no artigo 1º, fica o Poder Exe-  
cutivo autorizado a utilizar parcela de cotas do Fundo de Participação dos Mu-  
nicípios e ou do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e do Produto de arre-  
cação de outros Impostos, na forma da Legislação em vigor e na hipótese de  
sua extinção, os fundos ou impostos que venham substituí-los, bem como na sua  
insuficiência, parte dos depósitos bancários conferidos à Caixa Econômica Fede-  
ral - CEF, os poderes bastantes para que as garantias possam ser prontamente  
exequíveis, no caso de inadimplemento.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os Poderes previstos neste  
artigo só poderão ser exercidos pela Caixa Econômica Federal - CEF, na hipóte-  
se de o Município, não ter efetuado, no vencimento o pagamento das obrigações  
assumidas, nos contratos de empréstimos celebrados com a Caixa Econômica Fede-  
ral - CEF.

Art. 3º - O Poder Executivo consignará nos or-  
çamentos anuais e plurianual do Município, durante os prazos que vierem a ser  
estabelecidos para os empréstimos por ele contraídos, dotações suficientes a  
amortização do principal e acessórios resultantes do cumprimento desta Lei.

Art. 4º - O Poder Executivo baixará os atos  
próprios para a regulamentação da presente Lei.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor a partir  
da data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA-MT,  
em 03 de julho de 1.989.

LICEU ALBERTO VERONESE  
Prefeito Municipal.